

LEI Nº 999 de 21 de Dezembro de 2021.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SUPLEMENTARES, **ESPECIAIS** E DA PROVIDÊNCIAS".

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapará, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Guatapará aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado a suplementar a dotação do orçamento vigente, classificada e codificada sob número:

10.301.0028.2028 - Manutenção da Atenção Básica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Ficha - 371

Fonte de Recurso - 05 - Transf. eConv. Federais(25)

Código de Aplicação - 300 - Saúde

Detalhamento - 423 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Valor da Suplementação R\$ 100.000,00

Parágrafo Único - O valor de R\$ 100.000,00 do presente crédito será coberto com recurso proveniente do Excesso de Arrecadação a se verificar no presente exercício, nostermos do § 1 º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, através de Repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde - Fundo a Fundo Atenção Básica.

Art. 4º- Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder às alterações e inclusões no respectivo projeto e nos anexos da Lei n.º 834 de 19 de Dezembro de 2017 que aprovou o PPA 2018_2021, a Lei n.º 954 de 11 de Dezembro de 2020 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2021 e a Lei n.º 955 de 11 de Dezembro de 2020, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao Exercício de 2021.

Art. 5º - Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas - Projeto Audesp.

Art. 6º -Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.





PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

JURACY COSTA DA SILVA Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA Secretário Municipal de Administração